



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014)

6ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO DA 5ª COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 11 DE JULHO DE 2013

Presidente: Ex.^{mo} Sr. António Ramos

Secretário: Ex.^{mo} Sr. Hélder das Neves

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 10 horas e 25 minutos.

A 5.^a Comissão Especializada Permanente auscultou o Sr. Manuel Fernandes (Porta-voz dos Herdeiros da Roça Cangá), relativamente à petição enviada à Assembleia Nacional.

Usaram da palavra, além deste, os Srs. Deputados Martinho Domingos (ADI), Maria das Neves (MLSTP/PSD) e Celmira Sacramento (ADI).

O Sr. Presidente encerrou a reunião quando eram 11 horas e 45 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 10 horas.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Martinho da Trindade Domingos
José Manuel M. Costa Alegre
Celmira Sacramento

Movimento Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

António Ramos
Arlindo Barbosa Semedo
Hélder Afonso da Costa das Neves
Maria das Neves

Partido de Convergência Democrática (PCD)

Firmino João Raposo

O Sr. **Presidente**: — Fizeram uma petição à Mesa da Assembleia Nacional e ela foi baixada à 5.ª Comissão, que é Comissão dos Direitos Humanos, Género e Cidadania.

Estamos cá para auscultar o senhor e depois da auscultação daremos diligências, de acordo com a Lei, para tentarmos solucionar o assunto. O nosso objectivo é ouvir e conhecer a verdade das questões. Esta Comissão não está representada só por um partido, mas sim por todos os partidos. Aqui resolvemos tudo por consenso, em estreito cumprimento da Lei. Por isso, não há motivo para pensarem que estamos a puxar para um lado ou outro. Aqui a pessoa pode falar da sua forma, não é obrigado falar português. Pode-se falar crioulo ou outra língua, porque o que queremos saber é a verdade.

Não sei se os Srs. Deputados querem fazer qualquer observação. Caso contrário, passaria a palavra aos peticionários.

Tem a palavra o Sr. Manuel Fernandes.

O Sr. **Manuel Fernandes** (Porta-voz dos Herdeiros da Roça Cangá): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, muito bom dia.

Realmente estamos numa luta, há vários anos, para defendermos os nossos direitos. Já fomos ao Tribunal várias vezes. Já enviámos os documentos para lá várias vezes, mesmo assim não foi suficiente para resolver os nossos problemas. Estamos a falar a respeito dos nossos bens. É um bem da nossa bisavó. A certidão de óbito da senhora consta que ela quando faleceu deixou bens. Nós já tivemos encontro com o Sr. Francisco Cabral, que já não se encontra em São Tomé, já desapareceu há muito tempo.

Então, entramos em contacto com o Sr. Afonso Henrique, falamos com ele e na primeira hora ele conversou connosco. Ele disse que durante o tempo que ele viveu com a esposa, que é filha de Francisco Cabral, ele nunca conheceu o documento da Roça Cangá, mas como ele já está naquela roça a longo tempo, ele gostaria de fazer-nos uma proposta, se a família está de acordo ou não. Então, nós perguntamos-lhe qual era a proposta e ele disse-nos que ele iria nos dar Monte Leão ou Santo Amaro e, se a família não aceitar, ela deveria reunir para fazer negócio com ele. Como é uma coisa de muita gente e cada um estava espalhado, não chegamos a reunir.

Não aceitamos, porque não conseguimos reunir. Mais tarde fomos ter com ele, lá na farmácia, eram 5 horas. Conversamos com o senhor e ele disse que iria sair de São Tomé, porque já estava cansado; que já era tempo de abandonar São Tomé, que a sua família já tinha ido embora e que ele estava sozinho em São Tomé, mas que iria deixar um procurador a cuidar das coisas. Então, entramos em contacto com o procurador para saber se ele conseguia resolver o nosso problema para nos dar o nosso direito. Assim, procuramos entrar em contacto com o Sr. Gabriel Costa, que está como representante de Francisco Cabral. Entramos em contacto com o Sr. Gabriel Costa e este deu-nos tanto rodeio e não há meio de resolver os nossos problemas. Temos um documento que explica que o próprio Tribunal mandou Francisco Cabral desocupar do terreno. Eu fiz fotocópia e está aqui anexa ao documento.

Não há meio para chegarmos a uma conclusão. Entretanto, ficamos assim, porque somos uma família pobre. Existe outra parte da nossa família que está com casa no terreno arrendado de outra pessoa, outros estão até Santo Amaro, Guadalupe, etc. Cada um está espalhado, porque não temos condições. Já conhecíamos os pormenores daquele terreno, já medimos o terreno com os senhores de cadastro e tudo

mais. Mas até hoje já gastamos muito dinheiro, andando para cima e para baixo. Já fomos para o Tribunal não sei quantas vezes. Tenho um documento de fiz sobre marcação, também meti aqui no processo. Esse documento de marcação também deu entrada no Tribunal, eu registei o documento, assinei e entreguei.

Quando o documento entrou no Tribunal, ora está para aqui ora para lá. Chegou ao ponto de nos dizerem que o documento perdeu. Como é possível um documento perder no Tribunal? Oh, senhor! Não imagina o que fizemos para conseguirmos esse documento. Quando conseguimos ver o documento, o Tribunal nos deu um papel para irmos para o banco depositar um valor. Formos para banco fazer o depósito, e tenho o recibo aqui comigo, mas até agora não nos chamaram, não nos disseram nada. Isso já faz muito tempo.

Então, decidimos fazer uma carta à Assembleia Nacional, como também enviámos uma carta para o Tribunal e para o Conselho de Ministros, para ver se conseguimos ter uma solução.

Estamos a precisar, porque estamos mal.

É isso que tenho a dizer sobre o assunto. Agora, se outra família quiser falar, pode. Nós somos muitos, outros não vieram porque não foram convidados. Só ontem é que eu recebi o convite, por isso não deu para informar mais pessoas.

O Sr. **Presidente**: — Eu pedi ao senhor para fazer a apresentação das pessoas, por não sabermos os seus nomes, mas o senhor não o fez.

Pausa para apresentação dos petiçãoários.

Tenho a dizer o seguinte, quando um assunto fica na sala da Justiça, não podemos intervir muito, ou quase que nos devemos abster, mas não quero com isso dizer que não vamos dar atenção a isso. Ao longo da nossa conversa, vamos saber até que ponto foi e vamos ver o que é que podemos fazer, mas não sou eu que vou dizer o que vamos fazer, será a Comissão.

Se não têm mais nada a dizer, vou passar a palavra aos membros da Comissão, para se pronunciarem sobre o assunto.

Atendendo, que nenhum membro da Comissão quer pronunciar-se, vou fazer uma pergunta. Meteram o caso no Tribunal, houve alguma deliberação? O Tribunal já decidiu alguma coisa? Porque o documento que eu li que fala da desocupação não é do Tribunal. Portanto, o Tribunal nunca decidiu nada.

O Sr. **Manuel Fernandes**: — Até aqui o Tribunal não chegou a decidir esta questão. Quando vamos solicitar, eles dizem para esperarmos, para virmos outro dia, porque isso não esta despachado ainda e ficamos assim nessa brincadeira por longos anos.

O Sr. **Presidente**: — A minha família também teve o problema de terra, mas foi para o Tribunal e resolveu-se. Há mais de 15 ou 20 anos o valor que se conseguia das produções se depositavam numa conta que pertencia ao Estado. Francisco Cabral tem trabalhador lá?

O Sr. **Manuel Fernandes**: — Sim.

O Sr. **Presidente**: — Tem trabalhador que trabalha diariamente lá?

O Sr. **Manuel Fernandes**: — Tem guarda e tudo.

O Sr. **Presidente**: — Tem guarda?

Tem a palavra o Sr. Deputado Martinho Domingos.

O Sr. **Martinho Domingos** (ADI): — Sr. Presidente, vamos tentar ver se conseguimos entender as coisas por parte.

A primeira pergunta que eu gostaria de fazer aos petiçãoários é se têm documento da roça. Depois, dizem aqui na carta que os herdeiros de Francisco Cabral venderam o terreno a um estrangeiro. Não sei se me podiam comprovar isso que eles dizem aqui.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Manuel Fernandes.

O Sr. **Manuel Fernandes**: — Podemos responder a esta pergunta. Temos a certidão do terreno, a escritura, mas a escritura do terreno não explica nenhum negócio feito com ninguém e temos também a certidão de óbito da senhora que explica que não está vendido. Por isso, não sei quem poderá dizer que negociou aquele terreno, porque é um terreno que tem muitas famílias e ninguém que está à frente tem qualquer procuração familiar para fazer qualquer negócio.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Maria das Neves.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, antes de mais, gostaria de cumprimentar às senhoras e aos senhores herdeiros da Roça Cangá e dizer que de facto, como disse o Sr. Presidente, chegou aqui a vossa petição e suponho que já vem fazendo algum tempo que submeteram o caso ao Tribunal. Quer dizer que não conseguiram resolver o problema amigavelmente. Agora, o que eu gostaria de saber é se alguma vez tentaram dialogar com a outra parte e se esta também apresentou algum documento do terreno, se tem algum documento que comprova que o terreno é deles.

Já conseguiram falar com a senhor a quem eles venderam terreno agora, para saber se ele tem algum documento, para ver como é que amigavelmente seria possível resolver esse problema sem a intervenção do Tribunal.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Manuel Fernandes.

O Sr. **Manuel Fernandes**: — Na realidade, durante o tempo que andamos no Tribunal com essa questão, até aqui não se viu nenhum documento comprovado de quem comprou o terreno, porque se realmente se apresentasse qualquer documento antigo de que se vendeu o terreno, quando fui levantar a escritura, deveria ver explicado o negócio. Tenho aqui comigo a escritura.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Maria das Neves.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, gostaria de sugerir uma questão. Se o caso já está de facto nas barras do Tribunal, como dizia o Sr. Presidente, a Assembleia é um órgão de soberania e o Tribunal é outro órgão, logo a Assembleia não deve imiscuir-se nas decisões do Tribunal, mas tendo em conta que até agora o Tribunal não decidiu, e estando os senhores na posse do documento, eu gostaria de sugerir à mesa que uma vez auscultada os herdeiros, que dizem ter o documento, podia-se também envidar esforços para auscultar a outra parte e fazer, se calhar, um tipo de acareação entre as duas partes. Ou seja, ouvir a outra parte e, se calhar, no dia em que a outra parte vier, depois de ouvi-la em separado, devemos chamar as duas. Ouvir os herdeiros que demonstram que têm o documento e a outra parte, para ver se a gente consegue, amigavelmente, ajudar a resolver o problema. Caso não consigamos, fica complicado e teremos que deixar mesmo para que o Tribunal dite a sua sentença.

Eu gostaria de sugerir isso como uma forma ainda amigável, para se ultrapassar a questão.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Celmira Sacramento.

A Sra. **Celmira Sacramento** (ADI): — Sr. Presidente, eu sinto-me ultrapassada de certa forma, porque eu ia perguntar também sobre os documentos, mas pelo que podemos constatar eles têm documentos. Eu gostaria de perguntar aos familiares aqui presentes se já fizeram constituir um advogado para o caso, se vão sozinhos para o Tribunal ou se têm um advogado que já está a acompanhar o caso.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Manuel Fernandes.

O Sr. **Manuel Fernandes**: — A respeito de advogado posso dizer que na primeira fase conseguimos arranjar um advogado, era o Sr. Maquengo, fizemos reuniões com ele e fizemos tantas coisas amigavelmente, e ele tinha amizade com todos nós, mas no dia em que fomos chamados para julgamento no Tribunal o Sr. Gabriel Costa não compareceu e o julgamento ficou adiado para uma data oportuna. Depois voltaram a nos chamar, e o advogado

A Sra. **Celmira Sacramento** (ADI): — Um ponto de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sra. Deputada.

A Sra. **Celmira Sacramento** (ADI): — O Sr. Gabriel Costa era advogado da outra parte?

O Sr. **Manuel Fernandes**: — Era advogado da parte de Francisco Cabral.

A Sra. **Celmira Sacramento** (ADI): — Ok.

O Sr. **Manuel Fernandes**: — Então, estivemos na sala de julgamento e, como queixosos, não nos deixaram falar nada a respeito da roça. Mantivemo-nos todo tempo calado no julgamento. Quem pronunciou alguma palavra foi o nosso advogado, o Sr. Maquengo, e ele falou alguma coisa e depois se manteve também calado, não respondeu mais nada.

Quando chegou a vez do Sr. Gabriel Costa, ele disse que estava na posse do terreno através do «uso campeão».

Uma voz: — Uso de quê?

O Sr. **Manuel Fernandes:** — «Uso campeão». Já temos conhecimento de que a partir de 25 de Abril se acabou com «uso campeão». O nosso advogado, em vez de responder a isso, ficou calado, e não nos perguntaram nada. Isso aconteceu numa semana e na outra marcámos uma reunião com o Sr. Maquengo, nosso advogado, numa das salas da escola da Trindade, e era muita gente. O senhor chegou e disse-nos que se nós conseguirmos um documento aprovado antigo, ele ainda poderia acompanhar o processo, mas se não tivermos o documento que pode matar o uso campeão, ele já não poderia acompanhar o processo. Foi uma coisa triste e ficamos parados, porque não tínhamos nenhuma resposta para lhe dar no momento. Então, ele foi-se embora.

Entramos no terreno por volta de quatro meses e tal, já não houve guarda, não houve ninguém a nos impedir. Na primeira hora que entramos, o Sr. Quim, que é administrador da roça, foi buscar polícia na Trindade para nos prender. Então, quando o agente chegou, apresentamos-lhe o documento, o polícia olhou o documento e foi-se embora. E assim ficamos no nosso terreno sem problema.

Eu não sei o que veio aparecer mais tarde que o Sr. Gabriel Costa reforçou mais guardas no terreno e pôs-nos fora de lá. Não sei qual é o contacto que ele tem com qualquer família ou qualquer pessoa. O senhor não nos explicou qual foi a razão e não fomos chamados ao Tribunal sobre esse assunto até aqui.

Ficamos sem nada, sem lugar para cortar uma pinha de banana, porque o senhor meteu lá mais de quatro guardas com armas. Entretanto, fiquei muito comprometido com isso e comecei a solicitar algum documento antigo para ver se conseguia apanhar qualquer documento antigo. Mas como onde que há Deus não há noite, eu consegui ver a certidão de óbito da senhora, que está no documento a explicar o nome da senhora, quando nasceu, quando morreu e quando foi sepultada. Nesse documento explicava que ela morreu e deixou o seu bem. Onde é que está esse bem? Não estamos a usufruir desse bem. Então, estamos a discutir com base nesse documento que diz que ela morreu e deixou bens, e nós como família não estamos a ver esses bens.

O Sr. **Presidente:** — Eu quero dizer que faz parte da nossa história que, nos finais do século XVIII e princípios do século XIX havia muitas senhoras latifundiárias em São Tomé e Príncipe. Havia essa senhora, a Sra. Ana Chave, San Plentá, uma senhora da família Fonseca lá de Conde, a Sra. Magodinho, quando se fala de Micolo, é da Sra. Madoginho. Era um período que havia muitas senhoras latifundiárias, mas quero dizer que 90% dessas terras que essas senhoras deixaram, quase que os herdeiros não estão a usufruir dessas terras. É um problema que se tem que resolver, mas isso tem que ser com uma análise profunda, porque se dividirmos São Tomé e Príncipe no século XVIII, século XIX, só havia essas senhoras. Foi um período de senhoras latifundiárias, todas as terras pertenciam a elas. Agora, falta os nossos historiadores trabalharem nesse aspecto. Eu por exemplo, no Distrito de Lobata, fiz um levantamento dessas coisas para a Câmara Distrital. Vimos que a família Fonseca, que tem um senhor que é militante do MLSTP/PSD, tem uma terra que pertenceu a Agostinho Neto, e até hoje não conseguiram recuperar a terra.

Lá no Magodinho, todo Micolo, tem aquela família lá, fez-se e entregou-se ao padre, como a senhora pertencia a igreja, entregou-se ao padre e todo esse terreno está lá como que fosse da igreja. O Cadastro está ver esse caso. Só em Lobata são volta de 10 famílias. De qualquer forma, vamos ver o que podemos fazer. É um aparte que quero fazer, este não é o único caso, há muitos casos desses, mas hoje os Srs. Deputados podem emitir algum parecer sobre isso. O caso está entregue à Justiça, daí que vamos convidar o representante de Francisco Cabral para vir para aqui e vamos exigir-lhe que apresente o documento. Em relação a «uso campeão», efectivamente isso existiu e existe até hoje. Convém explicar melhor, porque há muita gente aqui que não sabe o que é «uso campeão».

O Sr. **Manuel Fernandes:** — «Uso campeão» é quando um indivíduo usufrui um terreno ou uma coisa que não é dele durante muito tempo.

O Sr. **Presidente:** — Mas o problema que se diz em relação a «uso campeão» é que depois de a pessoa usufruir por muito tempo, *por deficiência de gravação não nos foi possível transcrever outra parte desta auscultação.*

O Sr. Presidente declarou encerrada a reunião às 11 horas e 45 minutos.

Esteve ausente o seguinte Sr. Deputado.

Acção Democrática Independente (ADI):

José António Sacramento Miguel